ISSN: 2358-8829

AS QUATRO ONDAS DO FEMINISMO E O LEMA O PESSOAL É POLÍTICO PARA A EDUCAÇÃO EM GÊNERO E SEXUALIDADE

Jonas Karlos de Souza Feitoza [1]
Ana Carolina Frinhani[2]
Joeliton Soares da Costa[3]

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta atravessamentos teóricos e metodológicos de três autores que se debruçam em seus campos de atuação sobre os estudos de gênero e sexualidade. A escrita dialoga transversalmente entre dois campos de atuação profissional e investigativa: a Filosofia e a Dança. O objetivo central deste trabalho é esboçar, de modo didático, como as quatro ondas do feminismo e o lema "o pessoal é político" se articulam com a educação em gênero e sexualidade, conectando-se diretamente aos nossos contextos de atuação.

Metodologicamente, o estudo ancora-se em uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, estruturada a partir de uma reflexão crítica voltada à elaboração de um texto didático. O percurso investigativo articula o resgate histórico de fontes filosóficas e literárias, com os escritos protofeministas de Christine de Pizan, às experiências docentes no ensino superior e na Educação Básica. Dessa forma, o levantamento apresentando nessa escrita fundamenta-se na análise das transformações do movimento feminista e de suas implicações sociopolíticas e educacionais, dialogando com as epistemologias

[1] Docente Adjunto do Departamento de Dança da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutor em Artes pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas (USP). Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UFS). Mestre em Dança pelo Programa de Pós-graduação em dança da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: jonaskarlos1@gmail.com;

[2] Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Mestra, Licenciada e Bacharela em Dança pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Produção de Mídias para a Educação Online (UFBA). Especialista em Educação Inclusiva. Professora, artista e pesquisadora em arte e educação. Email: carol.fri.bio@gmail.com;

[3] Mestrando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Sergipe, com bolsa CAPES. Graduado em Filosofia pela mesma instituição. E-mail: joelitoncosta7@email.com.

ISSN: 2358-8829

decoloniais articuladas com os estudos de gênero para subsidiar práticas pedagógicas emancipatórias no chão da escola e da universidade.

Nesse sentido, o texto debruça-se sobre parte das pesquisas desenvolvidas por estes autores: um docente atuante no ensino superior na área de Dança, uma pesquisadora e docente dedicada à Educação Básica com o ensino de Artes, e um terceiro pesquisador que desenvolve seus estudos em nível de mestrado no campo da Filosofia a partir da figura protofeminista de Christine de Pizan. Por meio dessa tessitura, o trabalho pretende oferecer um subsídio teórico e pedagógico voltado à transposição didática das quatros ondas do feminismo para uma educação em gênero e sexualidade.

Antes de adentrar no núcleo analítico da nossa pesquisa, consideramos fundamental marcar com clareza o lugar de onde falamos. A presença de pesquisadores homens no debate sobre gênero, especificamente com o feminismo, exige uma postura de constante autocrítica e vigilância epistemológica. Reconhecendo os privilégios históricos e estruturais que atravessam a condição masculina em uma sociedade patriarcal, compreendemos que o debate sobre gênero, diversidade e o enfrentamento ao sexismo não é e nem deve ser uma responsabilidade exclusiva das mulheres e de pessoas dissidentes de gênero. Trata-se de um compromisso político e pedagógico coletivo que exige a erradicação intransigente de todas as formas de misoginia.

Desse modo, a presente pesquisa assume o desafio de encarnar essa postura crítica na ação pedagógica, ancorando-se nos debates que perpassam as quatro ondas do feminismo e na máxima de que o pessoal é político. Ao tomar gênero, sexualidade, cis-heteronormatividade e interseccionalidade como chaves de leitura indispensáveis, buscamos desnaturalizar as opressões cotidianas que reproduzem o sexismo no ambiente acadêmico e escolar, um espaço atravessado por disputas de poder e normas corporais que precisam ser frontalmente tensionadas.

O fio condutor do nosso estudo é a célebre premissa “o pessoal é político”. Formulado e popularizado durante a segunda onda do feminismo, esse lema nos ensina que vivências tidas como estritamente privados ou individuais (as afetividades, a divisão do trabalho doméstico, a maternidade, a sexualidade, o cuidado e a violência) são, na verdade, profundamente atravessadas por estruturas macropolíticas de dominação e assimetria de poder.

Contudo, ao abordarmos a trajetória histórica do feminismo a partir da relação tradicional das quatro ondas, fazemos uma ressalva crítica e metodológica fundamental.

ISSN: 2358-8829

É preciso reconhecer que essa narrativa em ondas é, em grande medida, uma historização eurocentrada e colonial. A cronologia clássica das ondas foi formulada predominantemente a partir das experiências, urgências e pautas de mulheres brancas, europeias e norte-americanas de classe média (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019). Quando tomamos essa cronologia como universal ou linear, arriscamo-nos a invisibilizar e apagar as seculares lutas de mulheres negras, indígenas e latino-americanas que já resistiam ao patriarcado colonial e mercantil muito antes dessas etapas serem formalizadas nos centros acadêmicos do Ocidente.

Portanto, ao ensinar sobre as ondas feministas na escola ou na universidade, nosso objetivo não é priorizar ou sacralizar essa linha do tempo colonial, mas sim utilizá-la como um mapa crítico de referência para, a partir dele, tensionar, desconstruir e incluir epistemologias outras. Trata-se de operacionalizar uma pedagogia decolonial que descentralize a perspectiva de uma categoria da mulher universal e evidencie as multiplicidades corporais e existenciais.

Christine de Pizan: um ponto de partida

A história das mulheres e das reivindicações por igualdade de gênero é atravessada por disputas constantes em torno do acesso ao conhecimento, do reconhecimento da autoridade intelectual e da conquista da autonomia sobre a própria existência. Na contemporaneidade, ainda que as relações sociais para as mulheres contem com salvaguardas institucionais e direitos antes inexistentes, a compreensão historiográfica da presença feminina nos espaços de saber exige um olhar atento e crítico aos períodos anteriores.

É o caso da Idade Média, recorrentemente associada, de forma pejorativa e imprecisa, a uma suposta obscuridade ou estagnação intelectual; mito historiográfico que contrasta com a efervescência científica e filosófica do período. Longe de ser um hiato, a Idade Média foi um terreno profícuo no qual diversas mulheres integraram a vida intelectual e, por meio de suas escritas, começaram a reivindicar a ocupação legítima do espaço público e acadêmico.

Nesse horizonte medieval, figuras como Hildegarda de Bingen (1098–1179), Catarina de Siena (1347–1380), Heloíse de Argenteuil (c. 1101–1164) e Christine de Pizan (c. 1364–1430) transformaram seus lugares de fala em autênticos espaços políticos.

ISSN: 2358-8829

Reconhecida por sua notável erudição, atuação religiosa e epistolário com Pedro Abelardo, Heloíse de Argenteuil permite problematizar as relações entre educação, matrimônio, autoridade intelectual e autonomia feminina em pleno século XII.

Por sua vez, Christine de Pizan projeta esse debate ao inaugurar, na transição do século XIV para o XV, a famosa *Querelle des Femmes* (Querela das Mulheres), um marco literário e político sobre a natureza, a capacidade moral e o papel social da mulher na Europa ocidental. Em sua obra seminal *A Cidade das Mulheres* (1405/2024), Pizan questiona diretamente a autoridade epistemológica do cânone filosófico e teológico escolástico da época. Diante de uma literatura misógina dominante, que retratava o sexo feminino como ontologicamente fraco e irracional, Christine constrói uma alegoria filosófica edificando uma "cidade fortificada" para abrigar as virtudes e realizações históricas das mulheres.

A relevância de Christine de Pizan para a Filosofia e para a transposição didática dos estudos de gênero reside no desmantelamento do argumento biologizante da opressão muito antes do Iluminismo ou do feminismo liberal. Ao afirmar que a pretensa inferioridade das mulheres decorria exclusivamente da privação ao acesso à educação formal, Pizan demonstra que o combate ao sexismo possui uma densa e secular genealogia.

As experiências intelectuais de mulheres medievais como Heloíse e Pizan possibilitam problematizar as relações históricas entre saber e poder sem incorrer no anacronismo de confundi-las com o feminismo contemporâneo. Contudo, essa herança articula-se, de certa forma, criticamente com o mapeamento das quatro ondas do feminismo e com a célebre premissa "o pessoal é político". Ao revelar que vivências tidas como estritamente privadas (a educação doméstica, os papéis sexuais, **o** afeto e o confinamento ao lar) são atravessadas por estruturas de dominação, a investigação filosófica reafirma que a sala de aula de Filosofia e Humanidades precisa descolonizar seus próprios clássicos. Promover uma educação crítica, democrática e comprometida com a equidade de gênero é fundamental para desnaturalizar assimetrias históricas, prevenir violências e reconhecer a diversidade no chão da escola e da universidade.

ISSN: 2358-8829

Historização crítica das ondas feministas na transposição didática

A metáfora linguística das ondas do feminismo constitui um recurso historiográfico amplamente utilizado para cartografar as grandes etapas, lutas e transformações do movimento feminista ao longo do tempo. Concebidas como impulsos históricos de efervescência política, as ondas organizam cronologicamente os marcos de reivindicação do movimento, desde a busca pelos direitos civis fundamentais até o questionamento dos papéis de gênero, a consolidação das pautas interseccionais e o ativismo digital contemporâneo. No ambiente educativo, a apresentação dessa evolução em ondas funciona como um caminho indispensável de possibilidades para situar estudantes diante das diferentes fases da emancipação feminina, viabilizando a compreensão de que as pautas do presente são herdeiras de lutas seculares.

Contudo, para que essa categorização cumpra efetivamente seu papel pedagógico, a transposição didática da história dos feminismos, ou seja, a adequação crítica e metodológica desses conceitos para o contexto escolar, precisa ser acompanhada do devido tensionamento decolonial:

Primeira Onda (Sufrágio)[4]: desenvolvida entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX no contexto da consolidação do Estado liberal moderno, caracterizou-se pela organização sistemática do movimento de mulheres em torno dos direitos civis e políticos fundamentais. Suas reivindicações centrais pautavam-se na luta pelo sufrágio feminino, pelo direito de votar e ser votada, pelo acesso à educação formal e universitária, e pela alteração dos códigos civis que subordinavam legalmente as mulheres aos seus pais e maridos, garantindo-lhes o direito à propriedade e ao trabalho remunerado. No entanto, em uma perspectiva decolonial e interseccional, é imprescindível destacar para estudantes que, enquanto as sufragistas liberais lutavam pelo acesso às urnas e à plena capacidade civil, mulheres negras e indígenas em contextos pós-coloniais nem sequer eram reconhecidas como cidadãs, vivenciando o trabalho forçado, a exploração física e a desestruturação de suas famílias sem qualquer salvaguarda jurídica (Floresta; Cleyre, 2021).

[4] Para aprofundar a compreensão sobre a luta pelo voto feminino e a organização do movimento feminista no início do século XX, recomenda-se assistir ao filme *As Sufragistas* (*Suffragette*, direção de Sarah Gavron, 2015). A obra retrata de forma impactante os desafios, sacrifícios e estratégias das ativistas britânicas na busca por direitos civis.

ISSN: 2358-8829

Segunda Onda (O Pessoal é Político): desenvolvida entre as décadas de 1960 e 1970 no bojo das transformações socioculturais do pós-guerra e dos movimentos de contestação política, expandiu as fronteiras da emancipação feminina para além dos direitos civis ao inaugurar a denúncia ostensiva da dominação patriarcal no espaço privado sob o lema de que o pessoal é político. Esse período politizou temas até então tidos como naturais ou restritos à esfera doméstica, pautando a divisão sexual do trabalho, o controle sobre o próprio corpo por meio dos direitos reprodutivos e do advento da pílula anticoncepcional, além do combate à violência sexual e conjugal. Contudo, autoras como Lélia Gonzalez no Brasil e bell hooks nos Estados Unidos tensionaram profundamente esse movimento ao demonstrar que a libertação da mulher branca da mística feminina e das amarras do lar repousava, muitas vezes, sobre a manutenção e a exploração do trabalho doméstico desvalorizado, precarizado e servil prestado por mulheres negras e subalternizadas (Sanger, 2021).

Terceira Onda (Interseccionalidade): A Terceira Onda, emergente a partir da década de 1990 em meio à globalização e à eclosão das teorias pós-estruturalistas, redefiniu o campo dos estudos de gênero ao promover uma crítica contundente ao essencialismo biológico e à ideia homogênea de uma identidade feminina universal. Influenciada pela emergência da Teoria Queer e pela consolidação do conceito de interseccionalidade, formulado pela jurista Kimberlé Crenshaw, essa etapa abriu espaço para o protagonismo do movimento trans e do transfeminismo, desestabilizando as fronteiras rígidas entre sexo, gênero e sexualidade. No campo pedagógico, a Terceira Onda permitiu compreender que a categoria gênero jamais opera de forma isolada no chão da escola e da universidade, encontrando-se de tal modo articulada às marcas de raça, classe, sexualidade, nacionalidade e corporalidade que qualquer análise ou prática educativa precisa considerar a complexidade dessas vivências entrecruzadas (Carvalho, 2021).

Quarta Onda (Ativismo Digital): consolidada ao longo da segunda década do século XXI no contexto da hiperconectividade e da expansão das mídias sociais, redefiniu as formas de mobilização política ao articular o ativismo presencial à comunicação em rede. Caracterizada pela eclosão de campanhas globais de denúncia coletiva contra o assédio e a violência sexual, por mobilizações de massa no espaço público e pelo fortalecimento da práxis cuir e queer no ambiente virtual, essa fase pauta a luta intransigente contra o feminicídio, a transfobia e todas as manifestações da LGBTfobia. No cenário

educacional, a Quarta Onda reflete o protagonismo de uma juventude profundamente conectada e expõe a urgência de compreender as plataformas digitais como territórios centrais de socialização escolar, onde as opressões de gênero se reconfiguram, exigindo posturas pedagógicas capazes de enfrentar o sexismo cibernético e promover a cidadania digital crítica (Silva, 2019).

A partir da revisão da literatura e dos tensionamentos decoloniais apresentados, sistematizamos os principais marcos temporais, demandas e contrapontos críticos das quatro ondas feministas na tabela sintetizada a seguir, concebida como um recurso de transposição didática para a reflexão em sala de aula.

TABELA 1: SÍNTESE CRÍTICA DA TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA DAS ONDAS FEMINISTAS

Onda Feminista	Marco Histórico e Demandas Principais	Tensionamento Decolonial e Interseccional
Primeira Onda	Direito ao voto (sufrágio), igualdade jurídica, acesso à educação formal e direito de propriedade.	Invisibilização e exclusão de mulheres negras e indígenas da categoria 'cidadã' em contextos pós-colonias.
Segunda Onda	O lema 'o pessoal é político', divisão sexual do trabalho, direitos reprodutivos e liberdade sexual.	Subalternização da trabalhadora doméstica negra para viabilizar a libertação da mulher branca de classe média.
Terceira Onda	Diversidade, crítica ao essencialismo do 'ser mulher', Teoria Queer e consolidação da Interseccionalidade.	Questionamento das matrizes eurocêntricas do saber e inclusão das pautas transfeministas e decoloniais.
Quarta Onda	Articulação em redes digitais, ativismo cuir/queer, denúncia coletiva do assédio e combate à transfobia/LGBTfobia.	Pauta sobre acessibilidade digital, racismo algorítmico e letramento crítico contra o cibermachismo no Sul Global.

O lema o pessoal é político na transposição didática da Dança

A transposição didática da história dos feminismos exige uma aproximação radical com o lema estruturante de que o pessoal é político, formulado com maior contundência durante a segunda onda feminista nas décadas de 1960 e 1970. Ao politizar instâncias outrora naturalizadas como o espaço privado, a divisão sexual do trabalho e os afetos domésticos, o movimento tencionou as bases da dominação patriarcal. No entanto, trazer esse debate para o chão da escola e da universidade demanda compreender que a intimidade e a vida cotidiana nunca estiveram isoladas das engrenagens do poder, constituindo o terreno primordial onde as assimetrias de gênero e sexualidade são

ISSN: 2358-8829

diariamente produzidas, reproduzidas ou contestadas. É exatamente essa engrenagem de naturalização das assimetrias que se reflete, de maneira contundente, nas práticas pedagógicas tradicionais voltadas para o ensino da dança, nas quais as vivências corporais e as relações afetivas frequentemente aparecem esvaziadas de densidade política, tratadas como meros comportamentos naturais ou desprovidos de historicidade.

Contrapondo-se a essa neutralidade aparente, a tese de Feitoza (2022) demonstra que a organização do corpo e do movimento reflete diretamente as concepções de mundo que habitamos, revelando que os acordos estabelecidos nas parcerias e nas interações sociais carregam marcas profundas de subordinação. Na historiografia da dança, essa reflexão ganha relevância central quando observamos obras coreográficas que problematizaram criticamente a condição da mulher na sociedade, a exemplo do solo *Im Bade Wannen* (1980), criado pela coreógrafa alemã Susanne Linke no âmbito do *Tanztheater*. Conforme aponta Feitoza (2026) em sua análise sobre o arquivo e o *reenactment*, a referida obra de Linke parte da premissa de que "[...] a temática gira em torno da frustração e do aborrecimento que uma mulher experimenta no espaço do banheiro", utilizando gestos ordinários do cotidiano para transformar o objeto em um parceiro de cena que expõe as amarras sociais do espaço privado. Em direta articulação com essa denúncia cênica da claustrofobia doméstica, torna-se urgente problematizar as danças que ainda reforçam a submissão feminina na contemporaneidade, como ocorre em certas estruturas das danças de salão tradicionais, impregnadas de discursos eurocêntricos e misóginos que naturalizam o domínio de um corpo sobre o outro.

Dando seguimento a esse tensionamento das estruturas corporais e sociais, a transposição didática precisa avançar para além da denúncia da submissão, ancorando-se sob a ótica decolonial e interseccional para impedir que a categoria mulher seja tratada de forma universal e homogênea. Enquanto vertentes hegemônicas do feminismo liberal restringiram a emancipação à conquista da autonomia individual de mulheres brancas de classe média, corpos racializados e subalternizados historicamente sustentaram o peso do trabalho invisibilizado, lembrando que, na transposição didática, negligenciar essa fratura estrutural significa reproduzir na escola as mesmas violências que o pensamento crítico pretende erradicar.

É desdobrando essa urgência de recusa às amarras identitárias e normativas que a inserção dos estudos queer e das epistemologias dissidentes no horizonte educacional contemporâneo potencializa a abertura para existências que transitam nos entre-lugares,

ISSN: 2358-8829

recusando o conforto das identidades fixas e imutáveis. Como ressalta Feitoza (2022) em suas análises sobre as políticas da diferença, o pensamento queer atua como um corpo estranho que desestabiliza as normas regulatórias e perturba a apatia institucional, exigindo de docentes e discentes o enfrentamento intransigente à transfobia e à LGBTfobia.

Arrematando os nexos até aqui traçados, afirmar que o pessoal é político na educação em gênero e sexualidade significa, em última análise, assumir que a práxis pedagógica é um ato de criação de mundos possíveis. A investigação artística no espaço escolar cumpre seu papel transformador quando instrumentaliza os sujeitos para reconhecerem que suas dores, desejos, afetos e modos de habitar o corpo possuem densidade histórica e relevância coletiva. Ao desnaturalizar as assimetrias e desmantelar os dispositivos de controle cis-heteronormativos, a escola e a universidade consolidam-se como trincheiras de resistência, onde a liberdade deixa de ser uma promessa abstrata para se tornar a matéria viva do cotidiano educativo, pavimentando o terreno necessário para que as próximas seções avancem na materialização dessas práticas pedagógicas emancipatórias.

O ensino de Artes na educação básica

O terceiro pilar deste estudo ancora-se na experiência docente desenvolvida no chão da escola da Educação Básica, na disciplina de Artes. A escola é o ambiente por excelência onde os corpos jovens vivenciam o aprendizado social do gênero e da sexualidade. Trata-se também do espaço onde o machismo, o bullying homofóbico e transfóbico, o racismo e as desigualdades de classe se manifestam de forma cotidiana e dolorosa.

O ensino de Artes, contemplando Artes Visuais, Dança, Teatro e Música, oferece um campo privilegiado para a aplicação da transposição didática interseccional dos estudos feministas. Por meio de proposições artísticas contemporâneas, performances, instalações, videodança e produções de cartografias corporais, a sala de aula de Artes converte-se em um espaço de criação livre, onde as estéticas dissidentes e os feminismos populares ganham visibilidade.

Trabalhar a interseccionalidade na Educação Básica significa conduzir os estudantes a perceberem como marcadores de gênero, raça, classe social e sexualidade se

ISSN: 2358-8829

entrecruzam na vida cotidiana. Por exemplo, ao analisar o trabalho de artistas mulheres negras brasileiras ou ativistas indígenas, os alunos compreendem que a luta por equidade não é homogênea. A transposição didática desfaz a ideia abstrata de gênero para conectá-la diretamente às vivências territoriais e às identidades dos próprios estudantes.

Na prática pedagógica em Artes, o lema 'o pessoal é político' operacionaliza-se quando os alunos são encorajados a transformar suas histórias de vida, suas dores, seus questionamentos sobre o padrão de beleza e suas identidades em objetos artísticos e poéticos. O fazer artístico na escola permite desnaturalizar as normas de gênero coercitivas e construir coletivamente um ambiente escolar pautado na empatia, no respeito à diversidade e nos Direitos Humanos.

O valor da transposição didática para a educação em gênero e sexualidade

Diante dos percursos teóricos e práticos delineados, que articulam a genealogia filosófica, as ondas do feminismo e as pedagogias do corpo, faz-se necessário refletir sobre o alcance dessas ferramentas no cotidiano escolar e acadêmico. Qual é, então, o valor efetivo dessa transposição didática articulada para a educação em gênero e sexualidade nas escolas e universidades? O desdobramento desse valor pedagógico manifesta-se em dois eixos articuladores fundamentais que estruturam nossa prática:

Conscientização e despatologização da subjetividade: Primeiro, porque o slogan 'o pessoal é político' permite que estudantes (especialmente jovens em situação de vulnerabilidade ou pertencentes a identidades sexualmente e de gênero dissidentes) percebam que suas dores, marcadores sociais e experiências subjetivas não são dilemas ou defeitos isolados, mas sim questões políticas e históricas que coexistem e coexistiram ao longo do tempo. Compreender que o sofrimento decorrente do preconceito tem raízes estruturais é o primeiro passo para a emancipação e a saúde mental dos sujeitos escolares.

Contextualização decolonial e enfrentamento das violências: Segundo, porque ao fomentarmos as discussões de gênero na Educação e nas Artes, atravessadas por uma rigorosa lente decolonial e interseccional, evitamos a importação acrítica de teorias estrangeiras desvinculadas das nossas urgências. Promovemos uma educação profundamente contextualizada com a realidade brasileira, nordestina e latino-americana, capaz de combater de forma integrada e intransigente a misoginia, o sexismo, o racismo estrutural, a homofobia e a transfobia.

ISSN: 2358-8829

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para encerrar, reiteramos que o estudo histórico e crítico das ondas do feminismo e da educação em gênero e sexualidade não pode constituir um mero exercício acadêmico abstrato ou neutro. Promover a equidade de gênero e o respeito à diversidade sexual é um compromisso ético e inegociável de educadoras e educadores que almejam a transformação social no chão da escola e da universidade.

Fica evidente a necessidade de verticalizar a análise dos marcadores das diferenças em articulação constante, englobando gênero, raça, classe, sexualidade e a funcionalidade do corpo, garantindo que nenhuma voz seja silenciada em nossas práticas pedagógicas. A articulação transdisciplinar entre a Filosofia e a Dança, revelada neste artigo por meio da proto-história de Christine de Pizan, da cocondução somático-política no ensino superior de Dança e da transposição didática interseccional no ensino de Artes da Educação Básica, demonstra a imensa potência da indisciplinaridade na construção de saberes emancipatórios.

Nesse sentido, sublinhe-se a relevância incontestável da escrita em parceria e do diálogo transversal entre campos de conhecimento distintos. A convergência investigativa entre pesquisadores da Filosofia, da Dança e da Educação Básica evidencia que o enfrentamento ao sexismo e ao patriarcado não se esgota em fronteiras disciplinares isoladas; ao contrário, fortalece-se na polifonia de saberes, unindo a reflexão epistemológica ancestral, a práxis corporal somática e o cotidiano escolar em um esforço teórico-político coletivo e coimplicado. Cabe-nos estar permanentemente atentos para não reproduzir silenciamentos coloniais em nossas salas de aula, somando forças ativamente na construção de instituições de ensino verdadeiramente públicas, gratuitas, plurais, inclusivas e democraticamente emancipatórias.

Destarte, concluímos que o presente estudo, fundamentado em uma revisão bibliográfica qualitativa de caráter reflexivo, constitui um subsídio teórico e um recurso pedagógico relevante para os estudos de gênero. Pretende-se que este texto sirva como um ponto de partida acessível para os estudantes, viabilizando o primeiro contato com a complexidade do tema; contudo, reiteramos a consciência e a orientação de que esses estudos devem ser continuamente aprofundados e articulados com outras matrizes teóricas, epistemologias e referenciais complementares. Assim, o artigo busca oferecer

um material didático de leitura objetiva e direta, elaborado para facilitar o diálogo sobre gênero e sexualidade no cotidiano das escolas e universidades.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CARVALHO, Diogo Vitto (org.). **3ª Onda (Feminismo)**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2021. 186 p. (Box Essencial do Feminismo, v. 3).

FEITOZA, Jonas Karlos de Souza. Da banheira à caixa d'água: a relação política do reenactment em Susanne Linke e Giselda Fernandes. **Urdimento - Revista de Estudos em Artes Cênicas**, v. 2, n. 58, p. 1–17, 1 set.2026.

FEITOZA, Jonas Karlos de Souza. **Transrelações dos corpos na dança**: objetos e dançarinos em cocriação. 2022. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27156/tde-11012023-171933/. Acesso em: 20 set. 2026.

FLORESTA, Nísia; CLEYRE, Voltairine de. **Feminismo 1ª Onda**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2021. 198 p. (Box Essencial do Feminismo, v. 1).

PIZAN, Christine de. **A Cidade das Damas**. Tradução de Jorge Henrique Bastos. São Paulo: Editora 34, 2024.

SANGER, Margaret. **Feminismo no Casamento: 2ª Onda**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2021. 184 p. (Box Essencial do Feminismo, v. 2).

SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo na atualidade**: a formação da quarta onda. [Recife]: Independently published, 2019.